



Senado discute PEC que facilita projeto de iniciativa popular

Pauta do Plenário também inclui proposta que permite aos militares acumular cargos de professor ou médico e projeto que dispensa empresas de publicar editais e documentos

Jonas Pereira/Agência Senado — 19/3/2019



A PEC que permite aos militares acumular o cargo com a função de professor ou profissional de saúde passará por mais três sessões de discussão antes de ser votada

O Plenário pode discutir esta semana proposta de emenda à Constituição que incentiva a apresentação de projetos de iniciativa popular, dando mais agilidade à tramitação das proposições. O texto prevê que esses projetos passem a trancar a pauta do Senado e da Câmara se não forem analisados em 45 dias. Outra PEC em debate permite que militares acumulem o cargo com as funções de professor ou profissional de saúde. A pauta ainda inclui emenda a texto que dispensa empresas de capital fechado de publicar balanço e edital para convocar assembleia de acionistas. **3**

Texto destina carro sem identificação para as polícias **3**

Proposta dificulta criação de partidos políticos **4**

Subcomissão ouvirá representantes da Venezuela

A subcomissão sobre a crise venezuelana fará audiências públicas com representantes no Brasil da embaixada da Venezuela e do presidente encarregado daquele país, Juan Guaidó. O colegiado definiu na semana passada seu plano de trabalho. Também serão ouvidos o governador de Roraima, Antônio Denarium, e os prefeitos das cidades de fronteira. Os senadores farão ainda uma visita à Venezuela. **4**



Marcos do Val e Nelsinho Trad na subcomissão da Comissão de Relações Exteriores

Diploma Bertha Lutz será entregue em sessão solene

Vinte e três mulheres recebem amanhã o Diploma Bertha Lutz em sessão solene do Congresso Nacional. A lista inclui juízas, artistas e produtoras artesanais. Entre as homenageadas *in memoriam*, estão a vereadora Marielle Franco, a atriz Bibi Ferreira e a tenista Maria Esther Bueno. **3**



Bertha Lutz é conhecida pela luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras

FGTS poderá ser liberado para pagar cirurgia e ensino superior

Projeto que amplia as possibilidades de saque do FGTS, permitindo a utilização do saldo para pagamento de curso de nível superior e de cirurgias consideradas essenciais, está em análise na Comissão de Assuntos

Sociais (CAS).

Hoje o FGTS já pode ser utilizado para compra, construção ou financiamento de habitação própria, em casos de demissão sem justa causa e de algumas doenças graves. **2**

Colegiado debate hoje Previdência e trabalho

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência pública hoje, às 9h, para debater a Previdência Social e o trabalho, com foco na economia. **2**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Congresso entrega amanhã o Diploma Bertha Lutz

Entre as homenageadas *in memoriam* estão a vereadora Marielle Franco, a atriz Bibi Ferreira, a tenista Maria Esther Bueno e a professora Heley Batista, que morreu ao salvar crianças do incêndio numa creche

O CONGRESSO PROMOVE amanhã, às 10h, uma sessão solene para entregar o Diploma Bertha Lutz a 23 indicadas. Na semana passada, a bancada feminina definiu os homenageados. Na lista, juízas, artistas e produtoras artesanais.

Entre as homenageadas *in memoriam*, estão a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (1979-2018), a atriz Bibi Ferreira (1922-2019) e a tenista Maria Esther Bueno (1939-2018). A professora Heley de Abreu Silva Batista (1974-2017), que morreu ao salvar crianças de um incêndio numa creche em Janaúba (MG), também será homenageada.

O Diploma Bertha Lutz é entregue pelo Senado desde 2001, em reconhecimento a pessoas que se destacam na luta



Bertha Lutz foi precursora no Brasil do movimento pelo sufrágio feminino

pelo protagonismo feminino na sociedade brasileira.

O nome do diploma é uma referência a Bertha Lutz (1894-1976), precursora no Brasil da luta pelo direito do voto feminino, conquistado em 1932.

Ela foi a segunda mulher a se tornar deputada federal na

história do país. A primeira foi Carlota Pereira de Queirós. Bertha era formada em biologia e em direito e foi a primeira mulher a integrar uma delegação diplomática brasileira, em 1945.

Por causa disso, é uma referência para o movimento feminista no Brasil.

Projeto libera FGTS para cirurgias e ensino superior

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa projeto de Styvenson Valentim (Pode-RN) que amplia as possibilidades de saque do FGTS, permitindo a utilização do saldo para pagamento de curso de nível superior e de cirurgias consideradas essenciais. Após o recebimento de emendas, a proposta será distribuída para relator a ser escolhido pelo presidente da comissão.

O PL 1.540/2019 propõe que

o titular de conta do FGTS possa sacar o recurso para pagamento de cursos de nível superior, já que, de acordo com o autor, a alteração nas regras e a redução de recursos para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e para o Programa Universidade para Todos (Prouni) diminuíram o número de matrículas nas instituições particulares de ensino superior.

O texto libera o uso do fundo

também para o pagamento de cirurgias, excluindo as estéticas.

“Nosso sistema de saúde, gratuito e universal, não é efetivo e deixa muitos cidadãos à espera de atendimento, mesmo em situações essenciais à saúde. Consideramos que o projeto auxiliará o trabalhador a realizar cirurgia essencial à saúde, além de liberar recursos do SUS para outras necessidades”, justifica.

Izalci propõe que indústria do fumo pague tratamento de saúde

Para obrigar que os integrantes da cadeia produtiva do tabaco paguem os custos de tratamento de fumantes na rede pública de saúde, Izalci Lucas (PSDB-DF) vai apresentar projeto de lei. O senador anunciou na sexta-feira que também pretende propor o aumento das restrições ao consumo de tabaco, por meio de impostos mais elevados e de campanhas publicitárias. Segundo ele, de 1,3 bilhão de fumantes no mundo, 650 milhões vão morrer prematuramente por causa do cigarro.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Mau uso dos recursos aumenta risco da falta de água potável, diz Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) discursou na sexta-feira sobre o Dia Mundial da Água. O senador destacou que o consumo da água potável aumenta devido aos impactos ambientais causados pela superpopulação, por atividades agrícolas e industriais e pelo mau uso dos recursos hídricos.

— Certamente, as guerras que ocorrerão no século 21 serão pelo domínio da água potável, contrapondo-se às guerras que ocorrem em nome do petróleo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão faz audiência sobre Previdência e trabalho com foco na área econômica

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoverá audiência pública hoje, às 9h, para debater a Previdência Social e o trabalho, com foco na economia. A sugestão da audiência é de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.

A audiência contará com o economista Clóvis Scherer, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese) e com o professor Eduardo Moreira. O Ministério da Fazenda também deve enviar um representante para o encontro.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	CDH Reforma da Previdência 9h Audiência com foco na economia.	CRA Escolha de política pública 11h Após pauta de 4 itens, escolha da política pública a ser avaliada em 2019.
	PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.	CAE/CDH Ministro da Economia 14h Audiência com Paulo Guedes.
TERÇA	CDH Reforma da Previdência 9h Debate com foco no serviço público.	CMA Ministro do Meio Ambiente 14h30 Audiência com Ricardo Salles.
	MP 855/2018 Vendas na Eletrobras 9h Discussão de emendas.	MP 866/2018 Navegação aérea 14h30 Instalação e eleição.
	CAE ICMS 10h Entre 13 itens, o PLS 374/2015 — Complementar, sobre rateio do ICMS.	MP 867/2018 Regularização ambiental 14h40 Instalação e eleição.
	CI Ministro de Minas e Energia 10h Audiência com Bento Albuquerque.	MP 868/2018 Saneamento básico 14h50 Instalação e eleição.
	SESSÃO SOLENE Bertha Lutz 10h Entrega do Diploma Bertha Lutz.	MP 869/2018 Proteção de dados 15h Instalação e eleição.
	CE Literatura de cordel 11h30 O PLS 136/2018, que inclui a literatura de cordel no currículo da educação básica, é um dos 10 itens.	CPI DE BRUMADINHO Ex-pres. da Vale 9h Oitiva de Fabio Schvartsman.
QUARTA	CAS Câncer colorretal 14h Audiência para debater prevenção do câncer colorretal.	MP 855/2018 Vendas na Eletrobras 9h Audiência pública.
	MP 858/2018 Alcântara Cyclone Space 14h Audiência pública.	CRE China e Cingapura 10h Reativação e eleição do Grupo Parlamentar Brasil-China e instalação e eleição do Grupo Parlamentar Brasil-Cingapura.
	CAS Ministro da Saúde 9h Audiência com Luiz Henrique Mandetta, para apresentar políticas e diretrizes da pasta, com foco na proposta de substituição do Mais Médicos.	MP 862/2018 Região do DF 10h Audiência com governadores de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.
	CDR Nordeste e São Francisco 9h Audiência para debater ações da Sudene e da Codevasf.	SESSÃO ESPECIAL Ordem DeMolay 15h Homenagem ao DeMolay Internacional.
	CCJ Ministro da Justiça 10h Audiência com Sergio Moro, para detalhar o pacote anticrime.	SESSÃO ESPECIAL Brumadinho 11h Homenagear as corporações dos corpos de bombeiros que atuaram no resgate das vítimas do rompimento de barragem em Brumadinho (MG).

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

PEC agiliza análise de projeto de iniciativa popular

Também estão na pauta desta semana proposta que permite a militar acumular cargos de professor ou médico e a que dispensa empresas de publicar editais e documentos

PROPOSTA DE EMENDA à Constituição que incentiva projetos de iniciativa popular, dando mais agilidade à tramitação, está na ordem do dia de amanhã. A ideia do autor da PEC 8/2016, senador Reguffe (sem partido-DF), é que esses projetos passem a trancar a pauta do Senado e da Câmara dos Deputados caso não sejam analisados em 45 dias. Dessa forma, todas as deliberações do Congresso ficariam suspensas até a conclusão da votação.

Reguffe argumenta que a mudança vai fortalecer a democracia direta. Pelas regras atuais, os projetos de iniciativa popular precisam contar com a assinatura de, no mínimo, 1% do eleitorado nacional distribuído por pelo menos cinco estados. Atualmente esse número é de aproximadamente um 1,5 milhão de cidadãos.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta recebeu parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e precisa ser aprovada em dois turnos no Plenário do Senado, antes de seguir para a Câmara. O relator entende que o rito de apreciação dos projetos de iniciativa popular deve ser similar ao das medidas pro-

visórias. Para ele, em termos de urgência, é indispensável que haja “isonomia” entre as propostas originárias do Poder Executivo (MPs) e as sugeridas pelos cidadãos, no exercício da soberania popular.

Militares

O Plenário também deve promover esta semana sessões de discussão da PEC 141/2015, que permite a militares a acumulação do cargo com as funções de professor ou profissional de saúde. A mudança vale para integrantes das polí-

cias e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal. O texto precisa passar por mais três sessões de debates antes de ser votado em primeiro turno.

Uma regra da Constituição proíbe a acumulação remunerada de cargos e empregos públicos. No entanto, prevê algumas exceções: se houver compatibilidade de horários, servidores civis podem desempenhar dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou dois cargos

ou empregos privativos de profissionais de saúde.

A PEC estende esse benefício aos militares estaduais. Em todos os casos, os profissionais que acumulam cargos devem respeitar o teto de remuneração no serviço público. Nos estados e Distrito Federal, o limite é o salário do governador.

O relator na CCJ foi o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Ele sugeriu emenda de redação ao texto aprovado pela Câmara: na hipótese de acumulação com cargo civil, o

militar tem que dar prioridade à atividade no quartel.

Também deve ser analisada emenda da Câmara (ECD 3/2018) a projeto que dispensa companhias fechadas (sem ações negociadas em bolsa de valores), com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10 milhões, de publicar edital para convocar assembleia geral dos acionistas e documentos da empresa, como balanços.

Empresas

Hoje a Lei das Sociedades Anônimas dispensa a publicação dos documentos de empresas com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 1 milhão.

O PLS 286/2015, do ex-senador Ronaldo Caiado, já havia sido aprovado em 2017 no Senado, mas, durante a análise na Câmara, os deputados incluíram uma emenda, que, na volta ao Senado, foi acatada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A emenda autoriza as companhias abertas (com ações negociadas em bolsa de valores) a publicar na internet a versão completa dos documentos que é obrigada a divulgar, deixando para os jornais a versão resumida.



Plenário fará primeira sessão de discussão em primeiro turno da proposta sobre projetos de iniciativa popular

Flagrado na Lei Seca poderá ter de passar por exame médico para reaver CNH

Além de pagar multa e ser preso, quem for flagrado dirigindo bêbado mais de uma vez poderá ser obrigado a passar por uma avaliação médica e psicológica para reaver a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Essa é a proposta do PL 1.612/2019, em análise na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela proposição, a devolução da CNH aos condutores reincidentes flagrados na Lei Seca (Lei 11.705, de 2008) será condicionada à realização de um exame, em que o médico também poderá recomendar a

participação do condutor em curso ou programa educativo sobre álcool e outras drogas.

Apresentado por Styvenson Valentim (Pode-RN), o projeto tem o objetivo de desestimular ainda mais os motoristas que insistem na combinação de álcool e volante, colocando

em risco a própria vida e a de terceiros. Ele alerta para o fato de que o consumo de bebidas alcoólicas antes de dirigir resulta na perda de produtividade de cidadãos, faltas ao trabalho e, consequentemente, mais custos aos empregadores e ao Estado.

O senador aponta que os acidentes de trânsito estão entre as maiores causas de morte e são a principal causa de óbitos entre crianças e jovens com idades de 5 a 29 anos, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

Projeto destina carros apreendidos para polícias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa projeto que pode reforçar as frotas das forças de segurança da União, dos estados e do Distrito Federal. O PLS 483/2017 destina carros e motocicletas apreendidos e sem identificação para uso da Polícia Federal, das polícias civis e militares dos estados e de órgãos ligados à segurança pública. O texto tem decisão final na comissão.

A relatora e presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), recomendou a aprovação da proposta, mas um pedido de vista coletiva adiou a votação, que poderá ocorrer na próxima reunião, na quarta-feira. Durante o debate, senadores questionaram o prazo para disponibilidade desses bens e levantaram a possibilidade de incluir

órgãos da administração pública como beneficiários.

De Elmano Férrer (Pode-PI), o projeto permite o uso de veículos apreendidos que, após vistoria e exame pericial, não tiverem propriedade identificada. Conforme emenda da relatora, os veículos poderão ser solicitados mediante requerimento da autoridade competente ao juiz do caso, ouvido o Ministério Público. Se houver identificação futura do proprietário, o veículo deverá ser retirado de circulação.

Simone avaliou que a proposta apresenta uma “dupla vantagem”: desafogar os depósitos de veículos apreendidos dos Detrans e melhorar o aparelhamento das forças de segurança, sem ônus para os cofres públicos.

Rose de Freitas (Pode-ES)

sugeriu a inclusão de emenda que permita a utilização dos veículos por órgãos de governo e organizações que prestem serviço social.

— Temos Apaes, temos obras sociais que poderiam utilizar esses veículos. E há pátios lotados desses veículos descaracterizados — disse.

Já Esperidião Amin (PP-SC) levantou dúvidas sobre a regularização do veículo:

— O veículo não tem identificação. Ou se regulariza o veículo para que seja usado, ou ele vai ser uma contravenção ambulante, independentemente de quem o está dirigindo — alertou.

Mas a relatora ressaltou que o texto prevê que, após o deferimento do pedido de utilização do veículo, o órgão para o qual foi destinado deverá fazer sua identificação.

Armar população não é solução, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) destacou na sexta-feira o anúncio feito pela primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, que proibiu a venda de fuzis de assalto e armas semiautomáticas militares. O senador se posicionou contrário à liberação de armas.

— A nossa juventude vai para a aula nas universidades, com 16, 18, 20 e poucos, 30 anos. Pensem bem: essa juventude toda armada na sala de aula. E existem divergências ideológicas, políticas, e é bom que haja debates democráticos, mas calculem a nossa juventude toda armada dentro da sala de aula!

Humberto propõe punir sonegação com prisão mais cedo

Humberto Costa (PT-PE) usou a tribuna na sexta-feira para apresentar o Projeto de Lei (PL) 1.537/2019, que prevê pena de reclusão e multas para crimes cometidos contra a ordem tributária a partir do momento em que a dívida passar a ter cobrança judicial. Os devedores serão eximidos de responder criminalmente por sonegação se fizerem o pagamento até a etapa administrativa do processo.

— Com o projeto, entrando na Justiça o processo, entrando na Justiça a cobrança, não há mais possibilidade de ser eximido desse crime de sonegação fiscal.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado



Oriovisto Guimarães afirma que a lei atual incentiva a criação de legendas apenas para acesso ao fundo partidário

PEC impõe novas regras para a criação de partidos

Proposta, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça, impede a representação na Câmara de legendas que não tenham obtido o mínimo de 5% dos votos nacionais para deputado federal

VEDARA REPRESENTAÇÃO parlamentar a todos os partidos que não obtenham o mínimo de 5% dos votos nacionais para deputado federal é o que determina uma proposta do senador Oriovisto Guimarães (Pode-PR), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A PEC 23/2019 aumenta as exigências para a criação de legendas. Pelo texto, só terão direito a assumir vaga na Câmara dos Deputados os partidos que obtiverem ao menos 5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada um deles. Ou os partidos que tiverem eleito no mínimo 20 deputados em pelo menos um terço dos estados. Caso aprovadas, as regras valeriam para as eleições a partir de 2030.

Hoje, só existem barreiras para o acesso aos recursos do fundo partidário e ao horário gratuito em TV e rádio. São garantidos aos partidos que obtiverem, nas eleições para

a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada um deles, ou aos que tiverem eleito pelo menos 15 deputados federais em um terço das unidades da Federação.

Mandato

A PEC garante o mandato ao deputado ou senador eleito pelo partido que não preencher os novos requisitos. Ele poderá ficar sem partido ou migrar para uma legenda que tenha conseguido representação. No entanto, essa filiação não será considerada para fins de distribuição do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de TV.

“A legislação atual incentiva uma espécie de empreendedorismo partidário, com abjetos fins de acesso aos fundos partidário e eleitoral, onde os homens são movidos não por ideais que nos levem a um país melhor, mas sim por vis interesses pecuniários”,

defende Oriovisto.

Para facilitar a aprovação do texto, o senador propõe uma espécie de escalonamento das exigências. De acordo com a PEC, terão direito a vagas na Câmara dos Deputados os partidos políticos que, na legislatura seguinte às eleições de 2022, obtiverem, nas eleições para deputado federal, no mínimo 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com pelo menos 2% dos votos válidos em cada uma delas, ou legendas que tenham eleito pelo menos 12 deputados federais distribuídos em no mínimo um terço dos estados.

A PEC prevê que na legislatura seguinte às eleições de 2026, os índices subirão para 4% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos, ou que tiverem eleito pelo menos 16 deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Subcomissão sobre Venezuela define cronograma

A subcomissão da Comissão de Relações Exteriores (CRE) que trata do impacto da crise venezuelana no Brasil e nas relações entre os países definiu na quinta-feira o plano de trabalho.

O colegiado fará audiências com o encarregado de negócios da embaixada da Venezuela

no Brasil, Frederico Flores, e com a advogada María Teresa Belandria, que é representante no Brasil do presidente encarregado da Venezuela, Juan Guaidó. Também serão feitas audiências com o governador de Roraima, Antonio Denarium, com o prefeito de Pacaraima (RR), Juliano Torquato,

e com o ex-prefeito da cidade fronteiriça de Gran Sabana, Emilio González, que fugiu para o Brasil no mês passado.

Após as audiências, os senadores farão uma visita oficial à Venezuela. O presidente do colegiado é Telmário Mota (Pros-RR) e o relator será Marcio Bittar (MDB-AC)

Associação defende fortalecimento dos Procons

O fortalecimento dos Procons que existem no país e combate ao superendividamento foram defendidos pela presidente da Associação Brasileira de Procons, Sophia Vial, em reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), disse que o foco da comissão nos próximos dois anos será trabalhar na defesa do consumidor.

Para a diretora do Procon de Mato Grosso, Gisela Simona, a pouca autonomia dos Procons faz com que, em seu estado, 90% das demandas de juizados

especiais sejam com relação a defesa do consumidor.

— Nós não temos o poder de determinar a devolução de valores indevidos — afirmou.

Sophia Vial pediu a aprovação do texto que limita o superendividamento (PL 3.515/2015), que está na Câmara dos Deputados.

Comissão quer debater entrada do Brasil em organismo internacional

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou requerimento para realização de audiência com os ministros da Economia, Paulo Guedes, das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e da Agricultura, Tereza Cristina, e representantes da indústria. Na pauta, as negociações para a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O pedido partiu de Jaques Wagner (PT-BA), que criticou os acordos anunciados pelo presidente Jair Bolsonaro. Para o senador, o Brasil não deve renunciar ao tratamento especial que tem na Organização Mundial do Comércio (OMC) em troca de um “duvidoso” apoio dos Estados Unidos para entrar na OCDE. Ele acrescentou

que essa troca será prejudicial para a indústria, a agricultura e o setor de serviços.

— Seremos pressionados a reduzir a proteção em toda a tarifa externa comum. Teremos que negociar com todos os parceiros de Mercosul. O Brasil pratica tarifas médias ponderadas de 11%, e tem tarifas na OMC de 35%. Já os países da OCDE praticam tarifas médias de 3%. O tombo será enorme — alertou.

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e Esperidião Amin (PP-SC) também criticaram a forma como o governo vem conduzindo a negociação e Soraya Thronicke (PSL-MS) afirmou que o Brasil precisa preservar as boas relações comerciais com a China.

A audiência com o ministro Ernesto Araújo já está agendada para 4 de abril.

Alvaro Dias pede uma reforma no sistema financeiro

Alvaro Dias (Pode-PR) defendeu uma reforma no sistema financeiro do Brasil. De acordo com o senador, o país não sairá da crise econômica apenas com a aprovação da proposta de reforma da Previdência pelo Congresso.

— A desarrumação total das finanças do governo, a rolagem da dívida pública e a política de privilégio às instituições financeiras, com taxas de juros exorbitantes, estão levando a economia ao estrangulamento. Hoje, 62 milhões de brasileiros devem às financeiras.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Leila critica projeto contra cotas para mulheres na eleição

A proposta de extinção da cota mínima de 30% de candidaturas de mulheres a ser preenchida por cada partido ou coligação nas eleições proporcionais foi criticada por Leila Barros (PSB-DF). O PL 1.256/2019 é de Angelo Coronel (PSD-BA) e está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A senadora parabenizou Fabiano Contarato (Rede-ES) por apresentar relatório contrário e pediu apoio aos demais integrantes da CCJ para que o projeto seja rejeitado e arquivado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

RÁPIDAS

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO PODERÁ PARTICIPAR DE DEBATE

A Comissão de Transparência (CTFC) do Senado aprovou audiência pública com o secretário especial de Comunicação Social, Floriano Barbosa. Eliziane Gama (PPS-MA), que é jornalista, quer saber a posição do governo em relação a *fake news* e outros assuntos. Segundo ela, levantamentos feitos por portais mostram que 60% das publicações de Jair Bolsonaro poderiam ser falsas ou relacionadas a informações inverídicas.

ELIZIANE ANUNCIA ENCONTRO PARTIDÁRIO E NOVO NOME DO PPS

A senadora Eliziane Gama (PPS-MA) anunciou na sexta-feira a realização do congresso nacional do PPS. Segundo ela, o partido pretende definir a agenda política e, aproveitando o momento, substituir o nome do partido para Cidadania 23. O PPS, na visão de Eliziane, tem um papel fundamental no combate à corrupção e na fiscalização dos recursos públicos. — É um partido ficha limpa — disse.

AUDIÊNCIA OUVIRÁ CRÍTICOS À TESE DA AÇÃO HUMANA NO AQUECIMENTO

Por sugestão de Marcio Bittar (MDB-AC), a Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou audiência com o físico Luiz Carlos Molion e o geógrafo Ricardo Felício, ambos críticos à tese de que as alterações climáticas têm como principal causa a ação do homem sobre os recursos naturais. Também será convidado o diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty, Leonardo Cleaver. A data do debate ainda será definida.

SENADO DO FUTURO DEVE DEBATER ACESSO À INTERNET

O preço cobrado pelas operadoras para que os usuários tenham acesso à internet será discutido em audiência pela Comissão Senado do Futuro (CSF). Mecias de Jesus (PRB-RR), autor do requerimento e presidente da comissão, afirmou que a desigualdade de acesso à internet no Brasil compromete a utilização da Lei de Acesso à Informação por parte dos cidadãos. A data do debate ainda será agendada.